

**CAIC/PRODIS/UNIPAC Barbacena - PROGRAMA PROBIC 2023/2**

**ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - DIREITO**

**TÍTULO DO PROJETO ORIGINAL: Contribuições para um anteprojeto de atualização da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o Código de Processo Civil Brasileiro**

**COORDENADORA: Geisa Rosignoli Neiva**

**ALUNA BOLSISTA: Bárbarah Emanuely Souza Santos**

**ALUNO VOLUNTÁRIO: Lucas Rodrigues Matheus Silva**

**VIGÊNCIA DO PROJETO: outubro/2023-setembro/2024**

**CONTRIBUIÇÕES PARA UM ANTEPROJETO DE ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015, QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

Em 2016, após 5 anos de tramitação pelo Congresso, entrou em vigor a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, instituindo um novo Código de Processo Civil. Com a grande expansão tecnológica experimentada no País, especialmente, após a triste pandemia do COVID-19, muitos dispositivos presentes no Código de Processo Civil atual estão ultrapassados, pois ainda fazem referência aos antigos processos judiciais que tramitavam em meio físico, formados por um encapado de papel contendo atos das partes, dos magistrados, dos serventuários e dos auxiliares da justiça, que não mais correspondem à realidade do processo judicial eletrônico.

A proposta do projeto foi realizar um estudo minucioso e sistematizado do atual Código de Processo Civil a fim de identificar, com base em experiências processuais da comunidade acadêmica, quais artigos da Lei nº 13.105/2015 que ainda tratem de processos físicos e que perderam, ou estão por perder, a sua aplicabilidade por fazerem referência a procedimentos que não mais existem.

Ao final da pesquisa, depois de identificados os dispositivos legais que carecem de revogação ou alteração textual, os pesquisadores propõem um Anteprojeto de Alteração do Código de Processo Civil atual suprimindo os dispositivos sem correspondência a essa nova realidade virtual. Referida proposta será encaminhada à Câmara dos Deputados, através do Deputado Lafayette Andrada, para apreciação e eventual aproveitamento do texto proposto.

**Palavras-chave:** Direito processual civil. Processo judicial eletrônico. Proposta de alteração legislativa